

ESPAÇO URBANO – ESPAÇO PÚBLICO
A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE ALTERIDADE EM BRASÍLIA



Orientadora

Prof^a. Dr^a. Magda de Lima Lúcio

Desenvolve as pesquisas: Juventude e Políticas Públicas - espaço urbano e equipamentos públicos de uso coletivo (com apoio financeiro da FAP/DF); Espaço Urbano - Espaço Público, a construção de espaços de alteridade em Brasília – a cidade do Gama em análise (também com apoio da FAP/DF). Temas centrais de pesquisa - políticas públicas, Estado e desenvolvimento, projetos de urbanização integrada e direitos sociais.

Orientanda

Nancyelle Freire de Oliveira

Graduando em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pelo Centro Universitário de Brasília – UniCeub. Atualmente cursa as disciplinas de Edição e Cobertura Jornalística, Radiojornalismo, Telejornalismo e Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I. Desenvolve a pesquisa: Espaço Urbano – Espaço Público, a construção de espaços de alteridade em Brasília, pelo Programa de Iniciação Científica com apoio institucional do UniCeub.

Resumo:

Este trabalho tem como proposta relatar a análise dos reflexos da urbanização planejada da Capital Federal a partir do contexto histórico em que se deu essa urbanização: a criação de Brasília. A criação se insere no seio da ideologia desenvolvimentista essa por sua vez, cria uma representação de Brasília no cenário nacional e internacional. Analisa-se a proposta social da construção, como também a caracterização dos espaços públicos de Brasília, a partir de material produzido pelo jornal *Correio Braziliense* e de bibliografia sobre o tema. O espaço urbano da Capital Federal pode ser considerado responsável pelo formato intrínseco de segregação moldada que ela apresenta.

Palavras-chave: Urbanização.

URBAN SPACE - PUBLIC SPACE THE CONSTRUCTION OF SPACES OF ALTERIDADE IN BRASILIA

Abstract:

This work has as proposal to tell the analysis of the consequences of the planned urbanization of the Federal Capital from the historical context where it gave this urbanization: the creation of Brasilia. The creation inserts in the seio of the desenvolvimentista ideology this in turn, creates a representation of Brasilia in the national and international scene. It is analyzed social proposal of the construction, as well as the characterization of the public spaces of Brasilia, from material produced for the periodical Braziliense Post office and of bibliography on the subject. The urban space of the Federal Capital can be considered responsible by the intrinsic format of molded segregation that it presents.

ESPAÇO URBANO – ESPAÇO PÚBLICO

A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE ALTERIDADE EM BRASÍLIA

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Magda de Lima Lúcio

Mestre em Sociologia (UnB-2002). Doutorado em Sociologia (UnB- 2007) - Experiência na área de educação e gestão e planejamento de políticas públicas. Atuou como professora na Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação do DF - EAP - com capacitação e formação de professores de Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino do DF. Atualmente é professora do UniCEUB. É representante da Pós-Graduação Lato e Strictu Sensu na Comissão Própria de Avaliação Institucional do UniCeub. Desenvolve as pesquisas: Juventude e Políticas Públicas - espaço urbano e equipamentos públicos de uso coletivo (com apoio financeiro da FAP/DF para a pesquisa e para a contratação de três estudantes de iniciação científica); Espaço Urbano - Espaço Público, a construção de espaços de alteridade em Brasília (também com apoio da FAP/DF para a contratação de três estudantes de iniciação científica). Temas centrais de pesquisa - políticas públicas, Estado e desenvolvimento, projetos de urbanização integrada e direitos sociais.

Orientanda

Nancyelle Freire de Oliveira

Graduando em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pelo Centro Universitário de Brasília – UniCeub. Atualmente cursa as disciplinas de Edição e Cobertura Jornalística, Radiojornalismo, Telejornalismo e Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I. Desenvolve a pesquisa: Espaço Urbano – Espaço Público, a construção de espaços de alteridade em Brasília, pelo Programa de Iniciação Científica com apoio institucional do UniCeub.

Resumo:

Este trabalho tem como proposta relatar a análise dos reflexos da urbanização planejada da Capital Federal a partir do contexto histórico em que se deu essa urbanização: a criação de Brasília. A criação se insere no seio da ideologia desenvolvimentista essa por sua vez, cria uma representação de Brasília no cenário nacional e internacional. Analisa-se a proposta social da construção, como também a caracterização dos espaços públicos de Brasília, a partir de material produzido pelo jornal *Correio Braziliense* e de bibliografia sobre o tema. O espaço urbano da Capital Federal pode ser considerado responsável pelo formato intrínseco de segregação moldada que ela apresenta.

Palavras-chave: Urbanização. Progresso. Inclusão. Espaço público.

URBAN SPACE - PUBLIC SPACE THE CONSTRUCTION OF SPACES OF ALTERIDADE IN BRASILIA

Abstract:

This work has as proposal to tell the analysis of the consequences of the planned urbanization of the Federal Capital from the historical context where if it gave this urbanization: the creation of Brasilia. The creation if inserts in the seio of the desenvolvimentista ideology this in turn, creates a representation of Brasilia in the national and international scene. It is analyzed social proposal of the construction, as well as the characterization of the public spaces of Brasilia, from material produced for the periodical *Braziliense Post office* and of bibliography on the subject. The urban space of the Federal Capital can be considered responsible by the intrinsic format of molded segregation that it presents.

Key-words: Urbanization. Progress. Inclusion. Public space.

Introdução

Em uma época em que há necessidade de um estudante-cidadão, que se integra à comunidade em que vive e que busca a sabedoria além das salas de aula da universidade, compreender o quadro social urbano da cidade de Brasília se faz absolutamente importante. O fenômeno urbano em Brasília chama a atenção por ter não estar de acordo nos dias atuais com o planejado há mais de cinquenta anos.

Metodologia

A metodologia utilizada por essa pesquisa foi a observação participante e a análise documental e de periódicos. Antes da prática empírica, a saber, a análise e compreensão da estrutura urbana de Brasília e incursão ao campo para observação participante das práticas sociais dos habitantes de Brasília, foram feitas diversas leituras para que os pesquisadores pudessem “estranhar” a realidade da qual ele mesmo faz parte.

O estudo da estrutura urbana foi realizado, por meio da análise de materiais produzidos por grupos inter e multidisciplinares tradicionais de pesquisa sobre Brasília. Esse material foi selecionado e discutido no quadro desta pesquisa como ação balizadora da prática de campo.

O ponto de partida empírico nesta pesquisa consistiu nos significados subjetivos que os indivíduos atribuem a suas atividades e a seus ambientes. Para compor esse quadro foi utilizado o método denominado “interacionismo simbólico”, por se tratar de uma teoria em que o significado é o conceito central. Nele as ações coletivas e individuais são construídas a partir da interação entre as pessoas, que ao entrarem em acordo em determinadas situações agem em concerto no contexto social ao qual pertencem.

Esse método foi utilizado no desenvolvimento da pesquisa empírica na “Escola de Chicago”¹. Esses estudos se caracterizam pela análise de cenas sociais observáveis, nesta pesquisa, por exemplo, será analisada a relação das pessoas com o espaço urbano da cidade de Brasília e as possibilidades de emergência de espaços públicos. Os estudos baseados no método do interacionismo simbólico se baseiam no trabalho empírico e no

¹ Representa o conjunto de teorias desenvolvidas na cidade Norte-Americana de Chicago no início do século XX cujo tema central de análise foram os estudos urbanos, com ênfase para as relações estabelecidas entre moradores e espaço urbano. As teorias foram desenvolvidas por diferentes autores de diferentes áreas do conhecimento.

estudo da cidade como potencial espaço de análise das relações sociais. O que se pretendia era conhecer o grau de permeabilidade entre a forma arquitetônica, impressa pelo planejamento, no molde de relações sociais baseadas no princípio da alteridade e a criação de espaços públicos.

Conclusão

A pesquisa de Iniciação Científica intitulada Espaço Urbano – Espaço Público, a construção de espaços de alteridade em Brasília (financiada pelo UniCEUB – Centro Universitário de Brasília) com orientação da Prof^a. Dr^a. Magda de Lima Lúcio tem como resultado final, a conclusão de que a partir do contexto histórico em que se deu a criação da Nova Capital, a comunicação entre as pessoas é afetada pelo espaço urbano planejado.

A partir da análise da proposta social da construção e da caracterização dos espaços públicos de Brasília em material produzido pelo jornal *Correio Braziliense* e em material bibliográfico foi possível perceber como é moldada a Capital Federal, inserida no seio da política desenvolvimentista do Presidente JK em meados da década de 50.

É conclusivo que o espaço público de Brasília, como um ideal de urbanização de seus criadores e projetistas, se tornou um espaço de segregação planejada, como afirma Aldo Paviani.

O que se percebe é que aos construtores da capital não foi facultado o direito de habitar o mesmo espaço dos moradores, para estes, o Plano Piloto, com os prédios futuristas de Oscar Niemeyer, para os que trabalharam na construção dos prédios, as cidades-satélites, não idealizadas, desorganizadas, afastadas do Plano Piloto. Os espaços de Brasília construídos para abrigar um habitante universal, que não seria objeto de distinção de classes, geraram, desde o início a segregação sócio-espacial que ainda hoje envolve a cidade, de acordo com a linha de pensamento de Pedro de Andrade.

No Plano Piloto não se nota a convivência de pessoas de diferentes classes sociais. “A segregação espacial acaba por deixar transparecer o forte caráter da desigualdade social típica do Brasil, no espaço urbano de Brasília”, segundo Natália Cruz, ou seja, aquele mesmo planejado para ser, de acordo o urbanista Lucio Costa, “cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível”.

É fato ainda que os que vieram para a Nova Capital, principalmente dos estados de Minas Gerais e Goiás, expulsos pela modernização em suas localidades de origem, foram atraídos pela modernização que fez a nova capital, mas nela não se integram socialmente, como afirma Cristovam Buarque.

É possível, portanto, compreender que a exclusão começada na terra natal dos construtores continua em Brasília, a “Capital da Esperança”.

Pela lógica da urbanização seria possível compreender que ela se deve ao crescimento desenfreado, desorganizado, não planejado, pelo grande volume populacional. Mas, como explica Aldo Paviani, “mesmo sem existir nenhuma edificação no território do Distrito Federal e todas as terras serem públicas as primeiras aglomerações urbanas, que mais tarde se transformaram nas cidades satélites, distavam do Plano Piloto mais de 30 km”.

O próprio urbanista Lucio Costa confirma tal pensamento, ao imaginar que “seriam criadas na periferia cidades satélites, pequenas, complementares, para evitar aqueles fragmentos suburbanos que é sempre desagradável, desmoralizante... a cidade estava bem definida, depois surgiram nessa periferia pequenas cidades, esse foi o esquema”.

O que se percebe é que há uma clara diferenciação no processo de usufruto de bens e serviços públicos na Capital Federal, além de integração social. As pessoas dentro do projeto Plano Piloto de Lucio Costa estão agregadas, enquanto as outras, que vivem nas cidades satélites precisam se locomover para acessarem seus direitos mínimos.

O espaço urbano não permite a manifestação de um tipo específico de espaço público. A formação do Plano Piloto e a conseqüente “formação” das cidades satélites, além de observações nos dias atuais demonstra que o planejamento urbano de Brasília pode ser considerado responsável pela configuração intrínseca, “fria” que ela exhibe, aos estrangeiros, aos brasileiros, em especial, aos próprios brasilienses.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Pedro Cail Jabur de. *Brasília: O Averso da Utopia*. . In, Projeto Itinerâncias Urbanas no Brasil, 2000. Disponível em www.unb/ics/sol/itineranciasurbanas.

BAPTISTA, Patrícia Pereira. *Fotografias do Plano Piloto de Brasília*. 2007.

COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Disponível em http://www.infobrasilia.com.br/bsb_h5p.htm#sonho.

Acesso em 22/03/2008.

CRUZ, Natália Mori. *Decifra-me ou devoro-te: O caos urbano nas cidades contemporâneas – o caso de Brasília*. In, Projeto Itinerâncias Urbanas no Brasil, 2001. Disponível em www.unb/ics/sol/itineranciasurbanas.

JORNAL CORREIO BRAZILIENSE. In, *Correio Braziliense*, Abril2007/2008.

PAVIANI, Aldo. *Brasília: Moradia e Exclusão*. Brasília: UNB, 1996.



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

**ESPAÇO URBANO – ESPAÇO PÚBLICO
A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE ALTERIDADE EM
BRASÍLIA**

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Magda de Lima Lúcio

Orientanda (bolsista)

Nancyelle Freire de Oliveira

Curso

Comunicação Social/Jornalismo

Brasília, 2º Semestre 2007

Resumo:

Este trabalho tem como proposta relatar a análise dos reflexos da urbanização planejada da Capital Federal a partir do contexto histórico em que se deu essa urbanização: a criação de Brasília. A criação se insere no seio da ideologia desenvolvimentista essa por sua vez, cria uma representação de Brasília no cenário nacional e internacional. Analisa-se a proposta social da construção, como também a caracterização dos espaços públicos de Brasília, a partir de material produzido pelo jornal *Correio Braziliense* e de bibliografia sobre o tema. O espaço urbano da Capital Federal pode ser considerado responsável pelo formato intrínseco de segregação moldada que ela apresenta.

Sumário

Introdução

Erro! Indicador não definido,

1. Capital Planejada - arquitetura e sociabilidade em análise - a emergência de espaços públicos? 10

2. Análise do material empírico

1 Erro! Indicador não definido,

3. Conclusão 22

4. Referências Bibliográficas 23

5. Bibliografia 25

Excluído: 4

Excluído: 8

Introdução

A cidade é considerada por muitos pensadores como a síntese da sociedade, por esse motivo tem se transformado em vasto campo para o estudo da modernidade, pois nela pode se verificar a diversidade de relações entre as diferentes culturas. De acordo com Mumford, “a cidade efetuou uma mobilização de potencial humano” (1998: 38). Segundo esse autor, uma das características humanas originárias da vida coletiva foi a capacidade de armazenar e de se fixar. A fixação ocorreu por dois motivos: o culto aos antepassados; e o papel da mulher no surgimento das aldeias e cidades, pois sua ligação com a agricultura, com a alimentação, com a criação de todo tipo de rebanho e a criação e proteção dos filhos fez com que a fixação fosse uma necessidade para a concretização dessas tarefas.

Vista como um espaço de florescimento da modernidade no mundo ocidental, a cidade torna-se o lugar onde as idéias se realizam sob os diferentes modos da vida. A arte, a política, a religião e o mercado estão sob o jugo das forças sociais que compõem o tecido urbano.

É na cidade que se dá a ambiência para a junção do material (espaço físico) e do não material (aspectos culturais). Enfim, é nela que os processos de distinção se manifestam.

Segundo Ana Fani, a produção de um conhecimento sobre a cidade tende a transpor essa dicotomia no sentido de construir um olhar que transcende a destruição das camadas espaço/tempo, ou seja, de camadas históricas que guardam o referencial social que por sua vez edificam identidades sociais guardiãs da memória. O indivíduo se objetiva nesse processo, entretanto em algumas situações, essa ocorre de modo fragmentado e/ou incompleto formulando uma identidade reduzida (Gomes, 2004).

Essa discussão, a cidade como o lugar da manifestação autêntica da modernidade, encontra em Simmel (1967) um ponto de convergência entre o pensamento abstrato e o concreto para definir esse fenômeno. Sua construção teórica aponta o lugar do indivíduo na sociedade moderna, para tal intento deslinda o espaço urbano decantando suas ambigüidades e contradições a partir da definição de um tipo metropolitano específico de individualidade. O

homem metropolitano tem na base de seu ser a intensificação dos estímulos nervosos, trata-se para Simmel de uma situação específica de homens urbanos, conclusão alcançada pela comparação dos estímulos criados pela vida rural e pela vida urbana.

Para Simmel o convívio humano se estrutura em duas direções: a convivência do indivíduo consigo, que ele denomina como subjetividade altamente pessoal e o convívio do indivíduo com os outros, que é caracterizado pela anonimidade. Simmel procura conhecer como o indivíduo se comporta diante desses fenômenos e o que ele é capaz de executar para se adequar a esse modo de vida. Ele consegue situar a complexificação do tipo de vida urbano pela alta exposição a estímulos nervosos. O estiramento dos nervos, como ele chama, faz com que o indivíduo priorize onde e quanto irá depositar suas emoções e energias, comportamento necessário para que não seja acometido por distúrbios psíquicos e emocionais.

A essa condição de escolher em que momento irá depositar ou demonstrar emoções o autor agrega o conceito de “atitude *blasé*”. Os mesmos fatores que assim redundaram na exatidão e precisão minuciosa da forma de vida redundou também em uma estrutura da mais alta impessoalidade. Para ele a essência da “atitude *blasé* consiste no embotamento do poder de discriminar, como se as coisas se tornassem destituídas de substância” (Simmel, 1967:16). A partir dessa categorização ele radiografa o âmago do indivíduo detectando em sua individualidade traços estruturantes desse novo modo de vida urbano.

Esse modelo teórico será utilizado para aprofundar as percepções acerca da Capital Federal. O caso de Brasília nos fornece indícios para compreender o planejamento urbano como parte de uma lógica que transcende seu contexto regional e alcança limites nacionais e internacionais. Segundo David Harvey o modelo de urbanização varia de acordo com as possibilidades propostas pelo capitalismo. A criação da Capital brasileira no coração do país apontava para a promessa de redenção de um país “atrasado e agrário” para um futuro “moderno e industrial”, enfim um novo ciclo bandeirante se abriria segundo o Presidente Juscelino Kubitschek (1975).

Segundo Marília Steinberg, Brasília carrega uma contradição, desde seus primórdios transita entre pólo de desenvolvimento regional (desbravamento do sertão goiano) *versus* monofunção político-administrativa; e ainda duas outras contradições resultantes dessa polarização: idéias socializantes *versus* segregação socioespacial e laboratório de planejamento *versus* desordenamento espacial (1999, 34). A ordem social se coloca, portanto, em termos de luta simbólica e não-simbólica com o intuito de sustentar uma visão de mundo de acordo com os interesses dos diversos agentes envolvidos no processo.

Nesse sentido o planejamento e a ocupação desordenada do espaço se aproximam nos termos de uma disputa das forças de acumulação do capital. O rápido crescimento de Brasília, superando as expectativas de seus construtores, faz dela, segundo alguns autores, uma **metrópole**. Segundo Aldo Paviani, Brasília preenche todos os requisitos para ser considerada como tal, quais sejam:

“complexidade funcional; massa ou volume populacional e inter-relação/integração espacial. Sua complexidade funcional advém da consolidação como Capital Federal, com funções terciárias e quaternárias para ela atraídas ao longo do processo. Por não ter desenvolvido atividades no setor industrial, sua base econômica apóia-se nos serviços, sobretudo nos serviços que lucram à sombra da administração federal e correlatos (neste último caso está toda a atividade do Governo do Distrito Federal - GDF)” (1987: 51).

Compreender o espaço urbano e social de Brasília num quadro de complexidade crescente apura a percepção e constrói uma reflexão autônoma do pesquisador. A complexidade do fenômeno urbano vem chamando a atenção para uma análise multidisciplinar da realidade como meio de captar a multidimensionalidade de fatos e acontecimentos.

O projeto de modernidade se apóia em inúmeros processos de fragmentação do homem e, por conseguinte no dilaceramento de identidades históricas, seja em nível profissional ou social. Esse processo segundo Sennett propicia a corrosão do caráter desse homem moderno. Seu fraco vínculo com o trabalho desnorteia a construção de sua identidade coletiva e profissional. Habermas (2001) acredita que a racionalização e a coisificação são aspectos de um mesmo processo.

Nesse processo de reificação, a própria função humana se transforma em mercadoria; e no processo de racionalização, a razão instrumental coloniza a razão comunicativa, provocando um influxo considerável ao se perceber o homem como sujeito de direitos. Um projeto tenso e contraditório toma corpo.

Aproximando essa formulação teórica pretende-se compreender qual é o papel jogado pelo planejamento urbano na constituição das subjetividades e em que medida essa construção é perceptível no modelo de comunicação utilizado pelos brasilienses. Quais são os elementos enfatizados? Quais são as chaves de enunciação para compreender esse processo? As práticas ensejadas no espaço urbano de Brasília estão estruturadas a partir de quais práticas distintivas?

Essa ambivalência entre a razão emancipadora e a razão instrumental, segundo Habermas (2001) e Foucault (1999), será o combustível para crítica da modernidade e ascensão do novo paradigma da complexidade. Os avanços científicos e tecnológicos ocorrem sob o predomínio da calculabilidade e da eficácia, a modernidade se encaminhou no sentido da burocratização, da alienação e reificação da vida humana, na contramão da autonomia do sujeito portador de direitos. Assim, a lógica do progresso é impressa na esfera do mundo sistêmico, ou seja, se inscreve na lógica do lucro.

O conceito de esfera pública de Habermas (2001) é fundamental para constituição de uma autoconsciência que dá expressão e sentido à idéia de identidade, de autonomia, e do conjunto de valores sociais e culturais que representam a chamada cultura ocidental. No momento atual, é a corrosão desse conjunto que nos dá a sensação de perda, de esvaziamento.

A metodologia utilizada por essa pesquisa foi a observação participante e a análise documental e de periódicos. Antes da prática empírica, a saber, a análise e compreensão da estrutura urbana de Brasília e incursão ao campo para observação participante das práticas sociais dos habitantes de Brasília, foram feitas diversas leituras para que os pesquisadores pudessem “estranhar” a realidade da qual ele mesmo faz parte.

O estudo da estrutura urbana foi realizado, por meio da análise de materiais produzidos por grupos inter e multidisciplinares tradicionais de pesquisa sobre Brasília. Esse material foi selecionado e discutido no quadro desta pesquisa como ação balizadora da prática de campo.

O ponto de partida empírico nesta pesquisa consistiu nos significados subjetivos que os indivíduos atribuem a suas atividades e a seus ambientes. Para compor esse quadro foi utilizado o método denominado “interacionismo simbólico”, por se tratar de uma teoria em que o significado é o conceito central. Nele as ações coletivas e individuais são construídas a partir da interação entre as pessoas, que ao entrarem em acordo em determinadas situações agem em concerto no contexto social ao qual pertencem.

Esse método foi utilizado no desenvolvimento da pesquisa empírica na “Escola de Chicago”¹. Esses estudos se caracterizam pela análise de cenas sociais observáveis, nesta pesquisa, por exemplo, será analisada a relação das pessoas com o espaço urbano da cidade de Brasília e as possibilidades de emergência de espaços públicos. Os estudos baseados no método do interacionismo simbólico se baseiam no trabalho empírico e no estudo da cidade como potencial espaço de análise das relações sociais. O que se pretendia era conhecer o grau de permeabilidade entre a forma arquitetônica,

¹ Representa o conjunto de teorias desenvolvidas na cidade Norte-Americana de Chicago no início do século XX cujo tema central de análise foram os estudos urbanos, com ênfase para as relações estabelecidas entre moradores e espaço urbano. As teorias foram desenvolvidas por diferentes autores de diferentes áreas do conhecimento.

impressa pelo planejamento, no molde de relações sociais baseadas no princípio da alteridade e a criação de espaços públicos.

1. Capital Planejada – arquitetura e sociabilidade em análise – a emersão de espaços públicos?

A transferência da Capital do Brasil para o Planalto Central já estava prevista desde a Constituição Federal de 1824, entretanto, só com Juscelino Kubitschek a proposta/sonho tomou corpo e forma. Na Constituição o nome já havia sido sugerido “Brasília”. Mas foi em 1883 que Dom Bosco (fundador da Ordem dos Salesianos) visionou um sonho que se transformaria mais tarde, poderia se dizer, “mito fundador” da Capital Federal. Segue um trecho do referido sonho:

*Entre os paralelos de 15º e 20º havia uma depressão bastante larga e comprida, partindo de um ponto onde se formava um lago. Então, repetidamente, uma voz assim falou: "...quando vierem escavar as minas ocultas, no meio destas montanhas, surgirá aqui a terra prometida, vertendo leite e mel. Será uma riqueza inconcebível..."*²

O sonho de Dom Bosco se transformou em rico material para JK quando em sua campanha presidencial no ano de 1955, em seu primeiro comício, na cidade goiana de Jataí o candidato se refere ao seu possível mandato em que as leis seriam honradas e cumpridas. Um ouvinte de seu discurso, o Toniquinho, pede a palavra e indaga se o futuro Presidente do Brasil pregará tanto o respeito à Constituição se ele iria fazer cumprir a promessa de transferência da Capital para o Planalto Central. Desafiado, prontamente Juscelino se compromete com a mudança da Capital, transformando essa questão como ponto de honra de sua campanha.

Entretanto, mesmo antes de JK assumir a criação da nova capital o Presidente Floriano Peixoto, em 1892, criou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil e a partir daí, a Missão Cruels, como foi denominada. Tal missão foi responsável pela demarcação da área do futuro Distrito Federal

² Disponível na página virtual http://www.infobrasilia.com.br/bsb_h5p.htm#sonho. Acessada em 22/03/2008.

e liderada pelo engenheiro e estudioso de Geografia e Astronomia Louis Ferdinand Cruls. Segundo ele,

“Quanto aos inconvenientes ou desvantagens que dessa medida podem provir, acreditamos que eles só existem na imaginação de um pequeno número de pessoas pouco propensas às idéias progressistas e que, considerando insuperáveis as dificuldades que lhe são inerentes, acham preferível não sair dos trilhos da velha rotina, esquecendo-se que esta é incompatível com todo e qualquer progresso” (Cruls, 1892).

Embora a Missão Cruls tenha circunscrito o espaço definitivo de Brasília, apenas em 1946 o governo brasileiro voltou a falar sobre o tema. Na Constituição promulgada naquele ano, estava previsto um novo estudo sobre a região da futura Capital do país. Novos relatórios concluíram que a área demarcada pela Missão Cruls era ideal para abrigar a Capital da República. Em 1953, o presidente Getúlio Vargas sancionou lei que autorizava o governo a fazer estudos definitivos para a escolha da nova sede do poder.

Técnicos da empresa Donald Belcher, incumbida de fazer as fotografias aéreas do espaço em que a nova Capital seria erguida, escreveram em seus relatórios: “O Brasil deve ser louvado pelo fato de ser a primeira nação da História a basear a seleção do sítio de sua capital em fatores econômicos e científicos; bem como nas condições de clima e beleza”.

No ano de 1956, já como Presidente eleito, Juscelino Kubitschek enviou ao Congresso Nacional a “Mensagem de Anápolis”, propondo a transferência da Nova Capital. O projeto foi aprovado por unanimidade pelo Congresso. JK baseava-se na idéia de que existiam dois brasis: um litorâneo produtivo e sintonizado com os padrões modernos; outro interiorano, estagnado social e economicamente. Com a transferência da Capital para o interior, esperava - se que houvesse a interiorização do desenvolvimento. Essa vontade se observa expressa no discurso do Deputado Emival Caiado:

“Senhor Presidente, seja - nos permitido, no limiar desta modesta e despretensiosa oração, congratular - nos com os eminentes e nobres pares, pela quase unanimidade aqui reinante em favor da interiorização da Capital da República. (...) É quase bisseccular a história desse desejo nacional. A idéia da interiorização da Capital Brasileira confunde - se, a bem dizer com a própria formação nacional. Senhor Presidente, cremos na mudança da

Capital federal porque cremos no patriotismo dos brasileiros: cremos na mudança porque ainda não duvidamos da nossa capacidade realizadora. Cremos na mudança porque confiamos na herança de uma raça que desbravou mares e continentes.

Cremos na mudança porque cremos na epopéia dos bandeirantes e no futuro da pátria, que engastará Brasília nos altiplanos centrais do País como atestado civilizatório, passando a fulgurar daí por diante na constelação das grandes potências mundiais.” (Discurso do Senhor Deputado Emival Caiado, proferido na sessão de 13 de agosto de 1956, e leis pertinentes à matéria de mudança da Capital Federal).

Ainda no ano de 1956, foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, empresa pública encarregada de planejar e executar a construção de Brasília. Para presidir a NOVACAP, foi nomeado o engenheiro Israel Pinheiro. O pintor e arquiteto Lucio Costa foi o vencedor do concurso nacional do projeto urbanístico de Brasília.

Para alguns, o projeto de Lucio Costa era apenas um esboço, um rabisco. Para outros, era brilhante, genial. Costa junto com o arquiteto Oscar Niemeyer projetou todos os prédios públicos e parte dos prédios residenciais da nova cidade. Segundo o Plano Piloto de Lúcio Costa sobre Brasília:

“Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual capaz de tornar-se com o tempo, além dos centros de Governo e administração, num foco de cultura das mais lúcidas do País.” (Costa, 1953).

Em 1957 iniciam-se os trabalhos para a construção da Capital. Segundo Sousa (1983), canteiros de obras instalaram-se com rapidez, transformando a solidão do Planalto em um formigueiro de operários encarregados da terraplanagem e fundações.

De acordo com Silva (1971), operários e máquinas trabalham noite e dia. Números crescentes de trabalhadores e equipamentos vão se somando dia a dia à empresa da nova capital. Os primeiros trabalhadores vinham sozinhos. A procedência, segundo Sousa (idem), era predominantemente goiana e mineira. Apesar de todo o incentivo e também por desinformação, não havia interessados para se instalarem no núcleo pioneiro da Nova Capital. Bernardo Sayão, ex-diretor da NOVACAP, começou a difundir as idéias da obra em Goiás e Minas, atraindo, assim, um maior contingente.

De acordo com a revista *Brasília 40 anos*, o Brasil construía uma capital moderna, símbolo de uma concepção urbanística que unia a arte à preocupação social. Lugar econômico, político e social comunicado pela arquitetura. Segundo a pesquisadora Magda Lúcio (2003), as linhas retas da Capital têm a propriedade não só de orientar seus moradores, mas todo o país, que para a Capital se voltou com o intento de construir e moldar nova perspectiva de futuro nacional, enfim delinear o progresso que em sua essência seria linear, sem percalços ou retrocessos.

Lucio Costa, em entrevista afirmou: “A responsabilidade era a seguinte: era preciso fazer uma capital que já nascesse com pinta de capital. Que não parecesse uma cidade de província. O risco era uma cidade que não estivesse dentro dessa concepção. Essa possibilidade de se transformar de fato na capital definitiva do país. Felizmente, o meu projeto atendia a essas circunstâncias. Isso implicava fundamentalmente a adoção, para os prédios públicos da parte coletiva da cidade, de uma escala muito generosa, ampla, larga para transmitir a qualquer paulista, ou carioca que lá fosse, que ao chegar se sentisse na capital do país e não numa cidade de província.” (Jornal *Correio Braziliense*, abril 2007)

Brasília, no cenário nacional, representava a visão de um futuro melhor, em especial, para os trabalhadores que construíram a cidade. A NOVACAP atraiu para Brasília mais de três mil homens. Todos imbuídos do sentimento de esperança, fascinados pela possibilidade de trabalho e melhores condições de vida. O trabalho era pesado, mas era entendido como prazer, escolha, gosto. De acordo com Lúcio (2003), a chegada dos pioneiros estava embalada pelas palavras e também pela presença física do Presidente da República (era comum sua presença nos canteiros de obras durante as noites que se sucediam na construção e após breve visita retornava ao Rio de Janeiro).

O discurso protagonizado pelo Presidente JK de um progresso vertiginosos foi acolhido pela população que nele depositou confiança e esperou. Além de esperança, Brasília simbolizava o progresso, que fazia parte da política desenvolvimentista de Kubitschek. Brasília representava a interiorização, o novo desbravamento, o crescimento das cidades pequenas.

“Brasília não foi uma improvisação, mas o resultado de um amadurecimento. Não foi apenas uma mudança de Capital, mas o anúncio de uma reforma. Não se visava apenas à construção de uma cidade nem se batalhava apenas pela emancipação de uma região. O Brasil em toda sua extensão receberia, por igual, os benefícios da interiorização da capital. Este é o objetivo da luta, subentendido no imperativo constitucional que determinava a mudança. (E. Silva, 1983).

A idéia de interiorizar a capital da República está organicamente ligada à influência do Iluminismo na formação da consciência emancipatória da inteligência nacional; é parte integrante do ideário inconfidente e se encontra expressa na recomendação expressa de José Bonifácio. Para Kubitschek, segundo Sousa, Brasília representava o progresso, um compromisso de mudança da sociedade brasileira, formulado no âmbito da ideologia desenvolvimentista.

“Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino”. (JK, 02 de outubro de 1956).

Segundo Sousa (1983), a criação de Brasília respondia em tese às tentativas de criar um pólo intermediário entre o centro industrial da região Sudeste e as áreas periféricas do Centro Oeste e Amazônia, o que exigia ampliação do mercado interno, assim como a implementação de uma infra-estrutura capaz de suportar a dinâmica deste processo.

A fundação de Brasília foi um ato político cujo alcance não pôde ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e de progresso (Oliveira, cf. citado por Sousa, 1983).

Em 21 de abril de 1960, Brasília encantou a todo o mundo com seus prédios arquitetônicos “futuristas” de Oscar Niemeyer e o projeto urbanístico incomum de Lucio Costa. André Malraux, escritor, então ministro da cultura francês, encantado com a obra, batizou Brasília de “A Capital da Esperança”.

Lucio Costa, certa vez afirmou: “Digam o que quiserem, Brasília é um milagre. Quando lá fui pela primeira vez, aquilo tudo era deserto a perder de vista. Havia apenas uma trilha vermelha e reta descendo do alto do cruzheiro até o Alvorada, que começava a aflorar das fundações, perdido na distância. Apenas o cerrado, o céu imenso, e uma idéia saída da minha cabeça. O céu continua, mas a idéia brotou do chão como por encanto e a cidade agora se espraia e adensa.”

No cenário internacional, Brasília representava pólo de desenvolvimento. O projeto nacional desenvolvimentista de JK tem como meta-síntese a construção da Capital Federal propagada pelo lema: "50 anos em 5". Brasília apontava para a promessa de redenção de um país atrasado e agrário para um futuro moderno e industrial. Para Silva (1997), Brasília figura como uma tentativa de inserir o país no capitalismo internacional e para tanto, cria tipos ideais que povoaram a definição, criação e construção da nova cidade.

O modelo racional-científico e capitalista periférico da construção da Capital teve como princípio ordenador a superação do atraso socioeconômico da nação. Às desigualdades anteriores veio se impor um modelo seletivo, que obviamente, não superaria as contradições.

Brasília, cidade modernista, nasce com a missão de apresentar o Brasil ao mundo. Proporcionar ao capital externo um diálogo silencioso para que o não dito fosse suplantado pelo visto. A Capital do Brasil foi, em primeiro lugar, concebida para ser vista. De acordo com Sousa, os vínculos entre a criação de Brasília e a proposta de desenvolvimento visando à passagem para “um modelo auto-sustentado” corresponde a uma nova orientação da política governamental, consubstanciada no papel que passou a ter o Estado como definidor de uma política econômica capaz de provocar o crescimento acelerado da economia.

“... ao não compartilharmos, senão, simbolicamente, da direção de uma política, o não sermos muitas vezes ouvidos nem consultados, mas ao mesmo tempo estarmos sujeitos aos riscos dela decorrentes, tudo isso já não é conveniente ao Brasil.” (Kubitschek, 1958).

Sousa afirma também que as formulações da política econômica de JK voltaram-se para um esquema de desenvolvimento associado à

industrialização, pólo central desta política, que não se orienta para o fortalecimento do capitalismo nacional, porém integra um processo crescente de internacionalização da economia brasileira, deixando a proposta nacionalista ao nível ideológico.

Segundo Lúcio (2003), a contrapartida da política desenvolvimentista de Kubitscheck fez sentir seus efeitos. A conjugação de investimentos privados (nacionais e estrangeiros) e público para sustentar o crescimento econômico embasava-se na necessidade de financiamento do programa governamental. Os lucros das exportações eram as garantias de fundos externos. Porém, o déficit do balanço de pagamentos a partir de 1955 exauria lentamente esses lucros, daí então, advém um desequilíbrio financeiro, desde que o governo recusava - se a sacrificar os projetos de industrialização.

Como resultante, começam a incomodar os sintomas da inflação interna.

O relatório do Plano Piloto de Brasília criado por Lucio Costa propunha quatro quadras constituindo uma área de vizinhança com as facilidades de comércio local: igreja, cinema, colégios. Segundo o Relatório,

“O mercadinho, os açougues, as vendas, quitandas, casas de ferragens e etc., na primeira metade da faixa correspondente ao acesso de serviços; as barbearias, cabeleireiros, modistas, confeitarias, etc., (...) as lojas se dispõem em renque com vitrinas e passeio coberto na face fronteira às cintas arborizadas de enquadramento dos quarteirões e privativa dos pedestres, e o estacionamento na face oposta, contígua às vias de acesso motorizado, prevendo - se travessas para ligação de uma parte a outra, ficando assim as lojas geminadas duas a duas, embora o seu conjunto constitua um corpo só.”

As quadras comerciais na visão de Lucio Costa, deveriam suprir a Super Quadra Residencial dos víveres de subsistência e também de conforto proporcionado pela modernidade: padarias, mercados de pequeno e médio porte, cabeleireiros, sapateiros e etc. Para executar essa dupla função, o comércio estaria disposto para a área restrita e não para a pista de circulação de veículos.

Mesmo nos momentos de descanso o cidadão brasiliense estaria orientado por intermédio de linhas retas e cruzamentos bem ordenados, também em sua quadra residencial em conjugação com o comércio local.

De acordo com a arquiteta Evelyn Furquim Lima, “as relações sociais urbanas são substituídas por uma seleção de imagens da arquitetura cenográfica onde os indivíduos são meros contempladores unidimensionais que, por força da propaganda da renovação urbana apenas aparentam ser uma comunidade. Com algumas exceções, a verdadeira troca de sociabilidade que existia nas antigas praças, nos mercados e até mesmo nas ruas passa a ser apenas uma ilusão de encontros”.

O Plano Piloto deveria aparentar eficiência, intimidade e acolhimento. Lucio Costa previa uma cidade feita para quinhentas a setecentas mil pessoas com clima e salubridade favoráveis, facilidade de abastecimento de água e energia elétrica, facilidade de acesso às vias de transporte terrestre e aéreo, topografia adequada, solo favorável às edificações, proximidade de terras para culturas, paisagem atraente... De acordo com o urbanista, o projeto do Plano Piloto não previa uma expansão para a cidade. Quando fosse aproximado o limite de pessoas, seriam criadas na periferia cidades satélites, pequenas, complementares, para evitar fragmentos suburbanos que é sempre, segundo ele, desagradável, desmoralizante...

A cidade estava bem definida na visão de Costa, depois surgiram na periferia pequenas cidades...

Mas, a cidade planejada para ser vista como ideal de urbanização se tornou um espaço em que Aldo Paviani (2003) denomina de segregação planejada, pois mesmo sem existir nenhuma edificação no território do Distrito Federal e todas as terras serem públicas as primeiras aglomerações urbanas, que mais tarde se transformaram nas cidades satélites, distavam do Plano Piloto mais de 30 km. Em outras palavras, aos Construtores da Capital não foi facultado o direito de habitar o mesmo espaço urbano que os funcionários públicos, comerciantes, empreendedores, e outros segmentos sociais. Para esse segmento, as cidades satélites, cidades dormitório, em sua maioria, foram a única possibilidade de permanecer no Distrito Federal.

Para Aldo Paviani (idem), o planejamento urbano ficou circunscrito ao Plano Piloto, inclusive no documentário “Conterrâneos Velhos de Guerra” (Direção de Vladimir Carvalho. Brasil. 1991). Interrogado sobre a questão, Oscar Niemayer afirma que sobre as cidades satélites ele não se pronunciaria.

2. Análise do material empírico

O pesquisador Pedro de Andrade afirma que desde a inauguração, Brasília anuncia em sua distribuição habitacional uma segregação do espaço; segundo ele, o Plano Piloto é destinado ao funcionalismo público e à classe média, enquanto as cidades satélites existem em razão do grande fluxo migratório. Cidades construídas como espaços da população excluída do planejamento da nova capital do país. Nesse caso, a cidade projetada para ser modelo de urbanização não exemplifica o conceito (em sentido figurado) de urbanidade: conjunto de formalidades e procedimentos que demonstram boas maneiras e respeito entre os cidadãos; afabilidade, civilidade, cortesia.

O centro de Brasília estruturado, planejado, se afasta das satélites. Não idealizadas, desorganizadas. Moradores do Plano Piloto afirmam que a qualidade de vida em Brasília está diretamente associada ao projeto Lucio Costa, ou seja, ao projeto original da cidade. Nas cidades satélites problemas semelhantes às cidades convencionais saltam aos olhos, como por exemplo, a coleta de lixo insuficiente, a ausência de rede de águas pluviais, policiamento irregular, serviços básicos insuficientes para atender a toda a população ou quando existem atendem de forma precária aos usuários/cidadãos.

Sobre o surgimento das cidades satélites, Lucio Costa afirmou: “ao contrário do que andaram dizendo, os operários que construíram Brasília não foram abandonados, eles se transformaram da noite para o dia em proprietários, em detrimento de Brasília, que teve muita despesa para levar estradas de acesso, luz e todas essas facilidades para cada um daqueles núcleos. Esses operários instalaram-se e cresceram porque não tinham nenhuma restrição, ao contrário dos residentes em Brasília, que tinham que obedecer a uma série de critérios para manter a unidade da cidade, nestas cidades-satélites não havia nada disso e surgiram milionários de lá, enriqueceram. As favelas que foram surgindo eram formadas por gente nova que vinha atraída por aquela miragem da capital. Talvez não fosse uma solução civilizada em termos europeus, mas uma solução que deu certo. Essa gente mora lá, e dentro dos seus limites é feliz”.

De acordo com a pesquisadora Natália Cruz, ao citar o sociólogo Dijaci de Oliveira, desde sua construção, Brasília se apresenta no cenário brasileiro como um atrativo pólo de migração, um eldorado com “incríveis” oportunidades

econômicas. Essas oportunidades se refletem em possibilidades de consumir produtos, cidadania e políticas sociais. Essa visão da cidade não se deixa abalar pela visível segregação espacial das classes sociais de Brasília. Para o economista Cristovam Buarque (in *Decifra-me ou devoro-te: O caos urbano nas cidades contemporâneas – o caso de Brasília*. Projeto Itinerâncias Urbanas no Brasil.), a nova capital é uma representação da modernidade; “Brasília é um exemplo dos problemas da migração moderna, um caso típico da convivência do moderno com o nomadismo”, afirma.

Ao dissertar sobre a manifestação da falta de abrangência social em Brasília, a pesquisadora Sílvia Cavalcante afirma que nem todos os migrantes que aqui chegaram são envolvidos pelas políticas sociais e de desenvolvimento, além de terem condições mínimas de inserção no mercado de trabalho e na sociedade como um todo.

Ainda segundo Buarque, os migrantes vieram para Brasília expulsos pela modernização em suas localidades de origem, atraídos pela modernização que fez a nova capital, mas nela não se integram socialmente. A partir da análise de Buarque, compreende-se que a exclusão é começada na terra natal dos migrantes e continua em Brasília.

De acordo com Andrade, desde o início, percebe-se que os espaços de Brasília construídos para abrigar um habitante universal, que não seria objeto de distinção de classe social, geraram a segregação sócio-espacial. Para Andrade, estratos sociais ocuparam o espaço de acordo com sua condição de classe social e profissional, pondo fim ao agrupamento dos espaços em Brasília.

No Plano Piloto não se nota a convivência de pessoas de diferentes classes sociais, de acordo com Nunes. Entretanto, em alguns lugares específicos, como no CONIC (Edifício do Setor de Diversões da cidade) os moradores das satélites se sentem familiarizados com a disposição e padrão das lojas e a possibilidade de se apropriarem do espaço sem a sensação de estarem invadindo um território privado. Esta sensação, visível nos *shopping centers* mais sofisticados da cidade fica completamente diluído no CONIC que transmite uma imagem de área multisocial onde um indivíduo morador do Plano Piloto convive no mesmo nível daquele de moradores de cidades satélites, frequentando ambientes comuns.

Relatos ao jornal *Correio Braziliense* (**abril de 2008**) , moradores da cidade afirmam que o centro da Capital Federal se difere das cidades-satélites; a promotora de justiça Fabiana Costa, diz: “a vida em Sobradinho é bem diferente do Plano Piloto. A relação de vizinhança, por exemplo, é mais solidária, os vizinhos se conhecem mais, se visitam mais”.

Maria Elisa Costa, filha do urbanista Lucio Costa afirma que a visão que as pessoas têm de Brasília (“fria, com prédios repetitivos, segmentação que afasta as pessoas”) é fruto de uma espécie de síndrome de país colonizado, de não valorizar os próprios valores. Afirma ainda que Brasília convida ao convívio entre as pessoas; “quando dizem que a segmentação afasta as pessoas, eu pergunto: será que afasta as pessoas, ou afasta a ilusão de não-solidão que andar numa rua cheia dá? Acho que Brasília junta as pessoas por outros canais. Esse negócio de que o Plano Piloto é uma ilha de fantasia cercada de miséria por todos os lados, eu respondo: Ipanema também, ou será que as pessoas ainda não descobriram que a desigualdade social, infelizmente, é um traço do Brasil? Como Lucio sempre repetia: Brasília é a capital do Brasil, seria uma “ilha da fantasia” se fazendo parte do nosso país. Quando a cidade foi feita, ninguém imaginaria que, 50 anos depois, a situação social seria a de hoje, era impensável, inadmissível. Tanto que nenhum dos planos que entraram no concurso consideraram a chamada baixa renda, já que a capital visava ao Brasil definitivo, onde poderia haver pobreza, mas não miséria... A gente acreditava, mesmo, que as coisas se encaminhariam para uma distribuição de renda mais decente. Era um tempo em que favela era considerada vergonha nacional e não solução urbana”.

Mas, segundo Cruz_(2000), a organização arquitetônica e de espaço faz com que a segregação social vivida entre seus moradores passe a ser também espacial. Ainda de acordo com Cruz, a segregação espacial acaba por deixar transparecer o forte caráter da desigualdade social típica do Brasil no espaço urbano de Brasília.

Pesquisa realizada pelo *Correio Braziliense* mostra falta de planejamento regional em Brasília. Segundo o jornal, “Lúcio Costa foi o único concorrente a não explicitar as regras de evolução de seu Plano Piloto, a não estruturar o processo de planejamento urbano. Perdeu-se aí a mais importante oportunidade de controle da qualidade espacial urbana, por um longo horizonte

de tempo, além dos dias de hoje. A própria definição de Plano Piloto, como plano inicial, condutor, implica o seu necessário desdobramento, segundo regras coerentes, e que assegurem a qualidade dos novos bairros cidade, num horizonte de tempo que deveria ter sido definido pelo urbanista”.

Ao citar Penna, Pedro de Andrade diz que a utopia de estabelecer em Brasília uma sociedade de patamares de vida mais igualitários ficou na retórica, acentuaram-se as desigualdades e as exclusões.

É natural, como diz a senhora Maria Elisa Costa, Brasília apresentar desigualdade social, como outras cidades brasileiras, o que a diferencia é que as cidades-satélites representam a “*guetização*” planejada, que está em volta do Plano Piloto.

Segundo o escritor Adriano Martins, fica patente a história da construção, instalação e moradia, resultante de um crescimento desenfreado e desorganizado, sem projetos bem elaborados, surpreendidos por uma naturalidade inevitável, ou seja, a necessidade de moradia, seguida de inviabilidade econômica daqueles que desejavam um lugar para morar.

Matheus Gorovitz, professor de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília afirma que a crítica de que Brasília é cidade fria e não integra seus habitantes é coerente, já que contribui o fato de os habitantes a ela não se integrarem, que se constata nas transgressões ao projeto. Ainda de acordo com o arquiteto, “Brasília cine e diferencia a urbs da civitas. Unidade pressupõe diversidade. De modo análogo, ao cidadão é requerida a consciência da distância entre a vida pessoal e coletiva que a cidade propicia”.

Andrade ao citar Vesentini diz que o plano urbanístico de Brasília “implementado como instrumento de controle social pelo Estado, traz já em suas origens e em sua concepção o louvor à autoridade, à hierarquia, à funcionalidade técnica nos moldes da indústria moderna dos espaços que, vai produzir e exacerbar ao longo de sua história, a segregação residencial”.

Conclusão

O que se percebe é que há uma diferenciação no processo de usufruto de bens e serviços públicos na Capital Federal, as pessoas dentro do projeto Plano Piloto de Lucio Costa estão agregadas, enquanto as outras, que vivem nas cidades satélites precisam se locomover para acessarem equipamentos urbanos de uso coletivo, tais como teatros, cinemas, parques, e também vários serviços públicos.

O planejado futuro desenvolvimentista de uma cidade no “coração” do Brasil existe. Existe na cidade de fato planejada. Existe no Plano Piloto planejado. Planejado para aqueles que viriam habitá-lo. Não para aqueles que vieram para construí-lo.

Para os que construíram nada foi planejado. Como solução, as cidades satélites, criando socialização diferenciada entre os moradores das cidades satélites e entre esses e os moradores da Capital Planejada, como exemplo, a cidade satélite de Ceilândia, que nasceu como solução para resolver o “problema” para o governo das invasões que proliferaram no Plano Piloto na década de 60. Para uns, Brasília tem um projeto ousado e inovador. Para muitos, Brasília prima pela frieza, pelo distanciamento sócio-espacial. Brasília de fato cumpriu sua missão de interiorizar o desenvolvimento, modernizar o país. No entanto, a cidade “do futuro” foi tomada por um espaço público que não permite encontro entre as gentes que vieram de todos os brasis, aquele mesmo Brasil que anunciava o Centro-Oeste integrado ao restante do país. Brasília, simbologia do “novo” Centro-Oeste muitas vezes não concede integração em seu próprio espaço. A cidade planejada (e não projetada) para superar o desenvolvimento e transformar um país atrasado em um país moderno se transformou em uma cidade remota, remota no espaço e na profecia dos inconfidentes, de Dom Bosco, de Louis Cruls, de JK. Para eles, a cidade seria sinônimo de inclusão, hoje Brasília reproduz exclusão.

A cidade nasceu, sem planejamento regional em longo prazo, sem controle do espaço urbano. Ao longo do tempo foi se formando uma desorganização urbanística, em que os que para cá vieram se tornaram entregues à desordem. De acordo com o jornal *Correio Braziliense* (abril de

2008), “a própria definição de Plano Piloto, como plano inicial, condutor, implica o seu necessário desdobramento, segundo regras coerentes, e que assegurem a qualidade dos novos bairros cidade, num horizonte de tempo que deveria ter sido definido pelo urbanista”, o que ratifica a conclusão da pesquisa.

O espaço de Brasília faculta a emergência de um tipo específico de espaço público, onde os diferentes segmentos e classes sociais raramente se encontram, muitas vezes esse encontro se reduz a datas cívicas ou comemorativas, como o aniversário da cidade ou o 7 de Setembro, onde pessoas de diferentes cidades se reúnem a céu aberto para assistir as comemorações; como se o governo e o Plano Piloto concedessem a gentileza de oferecer o espaço nobre da cidade aos moradores das satélites.

O histórico da formação do Plano Piloto e das cidades satélites comprova que o planejamento urbano de Brasília pode ser considerado responsável pela configuração intrínseca que ela apresenta.

A guisa de conclusão podemos afirmar que os homens que descrevemos misturam em si mesmos o sentimento de serem estrangeiros em sua terra, e no limite, se comportam como degradados num espaço que por definição deveria ser seu. A arquitetura, filha da invenção humana, molda e é moldada por esses sentimentos que, em princípio contraditórios, se fundem e formam um espaço único.

6. Referências Bibliográficas

ANDRADE, Pedro Cail Jabur de. *Brasília: O Averso da Utopia*. . In, Projeto Itinerâncias Urbanas no Brasil, 2000. Disponível em www.unb/ics/sol/itineranciasurbanas.

BAPTISTA, Patrícia Pereira. *Fotografias do Plano Piloto de Brasília*. 2007.

Conterrâneos Velhos de Guerra (Direção de Vladimir Carvalho. Brasil. 1991)

COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Disponível em http://www.infobrasilia.com.br/bsb_h5p.htm#sonho. Acesso em 22/03/2008.

CRUZ, Natália Mori. *Decifra-me ou devoro-te: O caos urbano nas cidades contemporâneas – o caso de Brasília*. In, Projeto Itinerâncias Urbanas no Brasil, 2001. Disponível em www.unb/ics/sol/itineranciasurbanas.

LEITE, Sílvia Silva Cavalcante. *Migrações e Vida nas Ruas: A Manifestação da Exclusão Social no Plano piloto: Brasília*. In, Projeto Itinerâncias Urbanas no Brasil, 2000. Disponível em www.unb/ics/sol/itineranciasurbanas.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa & PENNA, Nelba Azevedo. *Brasília: novos rumos para a periferia*. In, *Brasília: moradia e exclusão* (. (Org.) Aldo Paviani. Brasília: EdUnB, 1996.

JORNAL CORREIO BRAZILIENSE. In, *Correio Braziliense*, Abril2007/2008.

LUCIO, Magda de Lima. *Cidadania Mutilada – O direito social entre a emancipação e a subordinação*. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2003.

LUCIO, Magda de Lima. *Brasília Cidade Monumento - Um olhar objetivado*. In, Revista *Urbanidades*, Vol II, 2005. Disponível em www.unb/ics/sol/itineranciasurbanas.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A “sociologia” de um edifício urbano: O Conic no Plano Piloto de Brasília. Disponível em <http://www.unb.br/ics/sol/urbanidades/brasilmarnara.htm>

PAVIANI, Aldo. *Brasília: Moradia e Exclusão*. Brasília: UNB, 1996.

Revista *Brasília 40 anos*, 1999, p 18 – 147.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte. *A construção de Brasília – modernidade e periferia*. Goiás: EdUFG, 1997.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. *Construtores de Brasília – Estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 30 – 2.

7. Bibliografia

COHN, Gabriel. *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

GARCEZ, Lucília. *Brasília de cerrado à capital da República*. São Paulo: Cortez, 2006.

GOUVEA, Luiz Alberto de Campos. *Brasília: A capital da segregação e do controle social*. São Paulo: Annablume, 1995.

MENDES, Manuel. *Meu testemunho de Brasília*. Brasília: Thesaurus, 2006.

MENDONÇA, Nadir Domingues. *21 de abril de 1960 – Brasília – a nova capital*. São Paulo: Lazuli,

ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988/1998.

SILVA, Radilson Carlos Gomes. *Brasília em 3 x 4*. Brasília: Thesaurus, 2006.

VASCONCELOS, Adirson. *As Cidades Satélites de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1988.

VASCONCELOS, Adirson. *A epopéia da construção de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1989.